

O CONCÍLIO VATICANO II deixou-nos uma preciosa herança, embora problemática. Uma herança que, em vez de recolher e fazer frutificar, também pode ser rejeitada ou, pelo menos, ser abandonada como inútil. Mas quão pobres seriam a Igreja Católica e a cristandade, no seu todo, sem este Concílio! Nenhuma outra Igreja, desde os tempos da Reforma, realizou tal reforma.

HANS KÜNG (1928-2021)



**ai de nós
se esquecermos
o Vaticano II!**

Interrogando-se sobre a triste hipótese de o CONCÍLIO VATICANO II, a poucas décadas da sua conclusão, correr o risco de ser esquecido – ou, talvez, encoberto, enfraquecido – pela Igreja Católica que o celebrou, em 2005, HANS KÜNG redigiu uma das suas últimas contribuições para a revista *Concilium*.

Neste artigo, pensado, especificamente, para a revista internacional que ele mesmo tinha ajudado a fundar com o Concílio ainda a decorrer, o teólogo de Tübingen optou por deixar de lado os meros dados das notícias, concentrando-se, em vez disso, no essencial. E fê-lo, baseando o seu raciocínio em duas palavras-chave: herança e tarefa.

Apresentamos, agora, de novo, esse texto, com alguns cortes, em homenagem a uma figura de fiel e de pensador, que tanto ofereceu à nossa consciência eclesial e conciliar. E que continua a estimular-nos, infundindo esperança na nossa alma.

O artigo é publicado por *Editora Queriniana*, 07-04-2021.

1. A herança

O CONCÍLIO VATICANO II

deixou-nos uma preciosa herança, embora problemática. Uma herança que, em vez de recolher e fazer frutificar, também pode ser rejeitada ou, pelo menos, ser abandonada como inútil. Mas quão pobres seriam a Igreja Católica e a cristandade, no seu todo, sem este Concílio! Nenhuma outra Igreja, desde os tempos da Reforma, realizou tal reforma. Mas prossigamos por ordem:

Ponto 1: Se este Concílio não tivesse existido, na Igreja Católica continuaria a considerar-se a liberdade religiosa e a tolerância, como produtos nocivos do espírito moderno do nosso tempo; nos países católicos, continuar-se-ia a negar a liberdade religiosa às outras comunidades religiosas (“heréticas”).

Após longas e duras discussões, o Vaticano II provocou uma reviravolta que, para os ideólogos da infallibilidade, dificilmente seria concebível: que toda a pessoa tem direito à liberdade religiosa; que pode agir, precisamente, nas coisas religiosas, segundo a sua própria consciência, livre de qualquer constricção; que toda e qualquer comunidade religiosa tem direito ao livre exercício público da religião, segundo as suas próprias leis.

Com efeito, a partir do Vaticano II, nos países católicos, em geral, cessou a discriminação contra os protestantes. Deixou de haver qualquer impedimento à formação de pastores, à construção de edifícios eclesiais, à difusão da Bíblia e à colaboração em imprimir uma marca na vida social. Esta vivência da liberdade religiosa beneficiou, também, obviamente, os católicos que viviam em regiões de “predomínio” protestante.

Ponto 2: Se este Concílio não tivesse existido, a Igreja Católica continuaria fora do movimento ecuménico, travando guerras frias incisivas, através da escrita e da palavra, contra as outras confissões religiosas. Cultivando delimitações polémicas e, até, a separação combativa na teologia e na sociedade – e tudo isto, é óbvio, reciprocamente!

O Vaticano II reconheceu, embora com grande dificuldade, a corresponsabilidade culpada dos católicos na divisão da Igreja, e a necessidade de uma reforma contínua: não mais um simples “retorno” dos outros a uma Igreja Católica imutavelmente rígida, mas uma renovação da vida e da doutrina da Igreja, de acordo com o Evangelho, como premissa para uma desejável reunificação.

Dirigimo-nos aos outros cristãos como comunidades ou Igrejas cristãs. O concílio,

porém, renunciou, expressamente, a novos dogmas e a novas condenações, por vontade do papa João XXIII.

Na verdade, a partir do concílio Vaticano II, enraizou-se uma atitude ecuménica na Igreja Católica. Impuseram-se, a todos os níveis, o conhecimento recíproco, o diálogo e a colaboração, e, também, orações comuns e um incremento das comunidades litúrgicas. Realizaram-se, também, aproximações ecuménicas no âmbito da teologia: particularmente evidentes na exegese bíblica, na história da Igreja, na pedagogia religiosa e na teologia prática, mas, até onde a vista alcança, também na dogmática.

O que suscita a questão de saber por que razão, na Alemanha (como nos Estados Unidos), não se avança com a integração das faculdades teológicas, como um sinal do ecumenismo, e tendo em conta a escassez de recursos dos orçamentos públicos. Mas a relação das comunidades cristãs entre si e, especialmente, dos seus párocos, também melhorou, decisivamente, sob a influência do Vaticano II e, também, ao mesmo tempo, do Conselho Mundial das Igrejas (CMI); em muitos casos, a relação tornou-se colegial ou, melhor ainda, amigável.

Se este Concílio não tivesse existido, as outras religiões mundiais continuariam a ser sempre, para a Igreja, um objeto sobretudo de confronto negativo e polémico, e de estratégias missionárias de conquista. Hostilidade, especialmente, contra os muçulmanos e, em particular, os judeus - Hans Küng

Ponto 3: Se este Concílio não tivesse existido, as outras religiões mundiais continuariam a ser sempre, para a Igreja, um objeto sobretudo de confronto negativo e polémico, e de estratégias missionárias de conquista. Hostilidade especialmente contra os muçulmanos e, em particular, os judeus. O antissemitismo nacional-socialista, de fundo

racista, teria sido impossível sem o secular antijudaísmo religioso das Igrejas cristãs.

Para o concílio Vaticano II, porém, todos os povos, com as suas diferentes religiões, formam uma única comunidade: de modos diversos, buscam responder às mesmas perguntas fundamentais, sobre o sentido da vida e sobre o caminho da existência. Nada, portanto, deveria ser rejeitado daquilo que é verdadeiro e santo nas outras religiões – o resplandecer da única verdade que ilumina todos os homens e mulheres. Palavras de estima pelo hinduísmo, pelo budismo e, particularmente, pelo Islão, que – segundo o exemplo de Abraão –, juntamente com os cristãos, adora o único Deus, e venera Jesus como profeta de Deus. A hostilidade entre cristãos e muçulmanos, deve dar lugar à compreensão e ao compromisso comum com a justiça social, a paz e a liberdade.

O Vaticano II fez com que a celebração da eucaristia voltasse a ser a liturgia de todo o povo sacerdotal: forma compreensível, participação ativa de todos na oração e no canto comuns e na receção da comunhão - Hans Küng

A Igreja cristã, porém, está ligada, dum modo especial, à religião judaica, da qual nasceu e com a qual compartilha as Sagradas Escrituras. Pela primeira vez, é, decisivamente, rejeitada por um Concílio uma “culpa coletiva” do povo judeu da época, ou até de hoje, na morte de Jesus; toma-se uma posição contra uma rejeição ou uma maldição do antigo povo de Deus ou, melhor, deploram-se “todos os ódios, perseguições e manifestações de antissemitismo, seja qual for o tempo em que isso sucedeu, e seja quem for a pessoa que as promoveu contra os judeus” e, ao mesmo tempo, ambas as religiões se desejam “mútuo conhecimento e estima” (*Nostra Aetate*, n. 4).

Não se deve ignorar: a partir do Concílio Vaticano II, o conhecimento e a estima

pelas outras religiões e, em particular, pelo judaísmo, cresceram enormemente – na pregação, na catequese, nos estudos e nos diálogos. Toda e qualquer discriminação por motivo de raça, cor da pele, condição ou religião, está proibida desde então. Reconhecemo-nos na fraternidade de todos os homens sob o mesmo Deus.

A possibilidade da salvação dos não cristãos, até mesmo dos ateus de boa-fé, ou seja, que vivem segundo a sua consciência, também é explicitamente reconhecida.

Ponto 4: Se este Concílio não tivesse existido, a liturgia católica continuaria a ser uma liturgia clerical celebrada numa língua estrangeira incompreensível, à qual o povo “assiste” apenas passivamente, em “ofícios solenes” em latim, e em “missas privadas” sussurradas, com os celebrantes voltados para uma parede.

O Vaticano II fez com que a celebração da eucaristia voltasse a ser a liturgia de todo o povo sacerdotal: forma compreensível, participação ativa de todos na oração e no canto comuns e na receção da comunhão. Tudo isto como uma feliz realização dos pedidos dos reformadores: as missas privadas medievais foram, praticamente, abolidas em benefício da celebração comunitária; a apresentação do cálice aos leigos foi permitida, pelo menos em determinadas situações; a introdução da língua do povo e, deste modo, a adaptação da liturgia às diferentes nações; enfim, a simplificação e concentração dos ritos, no essencial.

O Vaticano II reconheceu a importância preeminente da Bíblia: todo o anúncio eclesial, a pregação, a catequese e, sobretudo, toda a vida cristã devem ser alimentadas e guiadas pela Escritura - Hans Küng

Ponto 5: Se este Concílio não tivesse existido, a teologia e a espiritualidade da Bíblia continuariam a ser, na Igreja Católica, negligenciadas na pregação, na teologia escolar e na piedade privada. Praticamente,

a tradição eclesial situava-se, na teoria e na prática, acima da Sagrada Escritura – e o magistério acima de ambas. A renovação bíblica encontrou, assim como a litúrgica, muitas dificuldades. Praticou-se a recusa contra os métodos modernos de explicação da Escritura.

O Vaticano II reconheceu a importância preeminente da Bíblia: todo o anúncio eclesial, a pregação, a catequese e, sobretudo, toda a vida cristã devem ser alimentadas e guiadas pela Escritura. O magistério não está acima da palavra de Deus, mas deve colocar-se ao seu serviço. Os estudos histórico-críticos da Bíblia foram encorajados. O estudo da Escritura deveria passar a ser, por assim dizer, a alma da teologia.

De facto, a partir do Vaticano II, a legitimidade de uma genuína exegese histórico-crítica deixou de ser contestada e, independentemente dos casos excepcionais, é difícil que seja impedida. A chamada inerrância da Escritura é reivindicada, no máximo, no que respeita à verdade salvífica, mas não para as afirmações puramente científicas e históricas. O acesso à Escritura para todos os fiéis foi facilitado, graças a traduções de prestígio e, em parte, também, ecuménicas. Na liturgia, há uma leitura compreensível da Escritura, segundo um novo e mais rico ordenamento das perícopes. Não há nenhuma liturgia dominical sem homilia. Restauração da liturgia da Palavra, mesmo independentemente da celebração da eucaristia e, em determinadas circunstâncias, dirigida por leigos.

Ponto 6: Se este Concílio não tivesse existido, a Igreja continuaria a ser compreendida como um “império romano” sobrenatural, com o papa no topo, como soberano absoluto; abaixo dele, a “aristocracia” dos bispos e dos padres; e, enfim, numa atitude passiva, o “povo súbdito” dos fiéis. No geral, uma imagem de Igreja clerical, juridicizada e triunfalista.

O Concílio Vaticano II critica esta imagem da Igreja e compreende-a – embora com compromissos fatais entre a imagem da Igreja medieval e a imagem bíblica –, de

novo e fundamentalmente, não como uma pirâmide hierárquica, mas como uma comunidade de fé, como *communio*, como povo de Deus, continuamente a caminho, no mundo. Um povo de peregrinos imerso no pecado e na provisoriade, que deve estar sempre disponível para uma constante reforma. Os detentores dos cargos não estão acima, mas dentro do povo de Deus, não como seus senhores, mas como seus servidores. O sacerdócio universal dos fiéis deve ser levado em grande consideração.

Na realidade, a partir do Vaticano II, as Igrejas locais, no quadro da Igreja universal, são novamente levadas a sério sob perspectivas muito diferentes: como comunidades litúrgicas, elas são, originalmente, Igreja. Os bispos devem redescobrir, sem prejuízo do primado papal, uma responsabilidade comum e colegial no que toca à liderança da Igreja inteira – daí a instituição de um sínodo dos bispos. Hoje, por toda a parte, existem conselhos diocesanos e conselhos paroquiais compostos por religiosos e leigos. Mas, mesmo fora da Igreja Católica, são reconhecidas as Igrejas e comunidades eclesiais: o Concílio rejeita uma equivalência entre a Igreja de Cristo e a Igreja Católica visível.

Não há nenhuma dúvida de que a Igreja Católica, a partir do Vaticano II, acolheu muitos dos pedidos do Iluminismo, e de que, hoje, ela se posiciona, decisivamente, de acordo com a dignidade, a liberdade e os direitos humanos, a favor do desenvolvimento e da melhoria da comunidade humana e das suas instituições, e por um sadio dinamismo de toda a criatividade humana - Hans Küng

Ponto 7: Se este Concílio não tivesse existido, o mundo secular continuaria a ser considerado de modo, predominantemente, negativo. Ainda no século XX, a Igreja Católica que, após a Reforma e o Iluminis-

mo, perdera o senhorio medieval sobre o mundo, se considerou, de bom grado, como baluarte sitiado. De modo defensivo e ofensivo, tentou assegurar os seus direitos tradicionais, com atitudes hostis ou, melhor, muitas vezes, de rejeição ao progresso científico, cultural, económico e político da humanidade moderna.

Também em relação ao mundo secular, o Vaticano II realizou uma viragem positiva. A Igreja, hoje, quer ser solidária com a humanidade inteira, quer colaborar com ela, não rejeitando perguntas, mas dando-lhes resposta. Em vez da polémica, o diálogo; em vez da conquista, o testemunho convincente.

Não há nenhuma dúvida de que a Igreja Católica, a partir do Vaticano II, acolheu muitos dos pedidos do Iluminismo, e de que, hoje, ela se posiciona, decisivamente, de acordo com a dignidade, a liberdade e os direitos humanos, a favor do desenvolvimento e da melhoria da comunidade humana e das suas instituições, e por um sadio dinamismo de toda a criatividade humana. São prova disso: a rejeição total da guerra; o reconhecimento da democracia e da separação pacífica entre Estado e Igreja; a colaboração com a comunidade internacional dos povos; a defesa dos fracos (povos e indivíduos) na vida económica, social e política; a reconhecida importância do amor entre parceiros, da responsabilidade pessoal na vida matrimonial; a moral sexual mais conforme aos nossos tempos...

Uma moral sexual mais conforme aos nossos tempos? Pelo menos, neste ponto, muitos levantarão objeções: uma moral sexual mais moderna? E o que diz a encíclica *Humanae vitae* a este respeito? Também ela faz parte da herança do Vaticano II?

Infelizmente, devo responder: sim e não. Na realidade, ela não é um documento conciliar, mas sim, com certeza, uma hipoteca conciliar! Esta encíclica baseia-se num dos inúmeros compromissos fatais, entre uma esmagadora maioria orientada em sentido reformista, e um exíguo partido da Cúria, que dispunha do poder do aparato

nas comissões e na secretaria geral do Concílio.

Assim, não posso mais continuar a ocultar que a herança do Vaticano II, além de muitos créditos, compreende, precisamente, também, algumas hipotecas: compromissos, obscuridades, omissões, unilateralidades, regressões, erros – pesos hereditários que, nas últimas décadas, nos deram muitíssimo trabalho.

O sistema romano do absolutismo, do clericalismo e do celibatismo, que se impôs no século XI, foi certamente, profundamente abalado pelo concílio, mas não ainda eliminado. Pelo contrário, a burocracia curial fez todos os esforços para restaurar *urbi et orbi* este sistema - Hans Küng

2. A tarefa

Naturalmente, esperávamos, em 1965, que as questões postas de lado ou adiadas, silenciadas ou vetadas no Concílio, pudessem encontrar uma resposta positiva depois do Concílio, por parte do papa, do sínodo dos bispos e das conferências episcopais.

Mas já se sabe: a maioria favorável às reformas, juntamente com o sínodo dos bispos reduzido à condição dum ineficaz órgão consultivo, depois do Concílio, foi contestada por um aparato curial avesso às reformas que, logo desde o início, não aceitou o concílio, e que continuou a obstaculizá-lo no seu decurso, recusando-se, em seguida, a assumir a sua tarefa.

Com crescente desfaçatez, esse aparato bloqueou as reformas com encíclicas e declarações reacionárias e, sobretudo, mediante uma política personalista direcionada: só quem passa no teste de garantia romano, se torna bispo e cardeal. Quanto mais o tempo passa, mais evidente se torna esta situação: O sistema romano do absolutismo, do clericalismo e do celibatismo, que se impôs no século XI, foi certamente, profundamente abalado pelo concílio, mas

não ainda eliminado. Pelo contrário, a burocracia curial fez todos os esforços para restaurar *urbi et orbi* este sistema. Na realidade, a Cúria não rejeitou, de forma alguma, a herança do Concílio, como os católicos tradicionalistas fizeram, sob a liderança do arcebispo Lefèbvre. No entanto, ela permitiu que a herança permanecesse inutilizada de vários modos e, em parte, também a dilapidou.

Passagens conciliares conservadoras, conseguidas pela Cúria, no Concílio, tornaram-se afirmações-guia. Tudo foi interpretado na perspectiva do passado, e as novas abordagens epocais que apontavam para a frente, foram modificadas em pontos decisivos. Nenhuma aceitação dos conhecimentos provenientes das ciências bíblicas (ou da história dos dogmas), mas sim uma enfadonha teologia neoescolástica, continuamente reproduzida de novo, e um autoritário *Codex iuris canonici* remodelado.

Passagens conciliares conservadoras, conseguidas pela Cúria, no concílio, tornaram-se afirmações-guia. Tudo foi interpretado na perspectiva do passado, e as novas abordagens epocais que apontavam para a frente, foram modificadas em pontos decisivos. Nenhuma aceitação dos conhecimentos provenientes das ciências bíblicas (ou da história dos dogmas), mas sim uma enfadonha teologia neoescolástica, continuamente reproduzida de novo - Hans Küng

No entanto, a tarefa confiada pelo concílio à Igreja – e eis-me na segunda palavra-chave – não era, porventura, a de traduzir, corajosamente, as decisões de reforma na prática? De não refrear a renovação, mas de a realizar no sentido da *ecclesia semper reformanda?*

Sob Paulo VI, isso ocorreu, ainda que de forma limitada, sobretudo na reforma

litúrgica e nos acordos ecuménicos, mas também na questão dos casamentos mistos, em relação à validade do matrimónio e à educação dos filhos; na prática penitencial, da confissão e do jejum; e, também, na reforma, certamente tímida, do hábito e dos títulos dos prelados...

Muitas vezes, interrogo-me: como a Igreja Católica seria diferente hoje, se também tivesse deitado posto as mãos, positivamente, às outras questões problemáticas que, no Concílio e na Igreja, eram e são compartilhadas por muitos, em vez de as ignorar?

Ponto 1: como teria sido fácil para Paulo VI, que conhecia bem a Cúria, com a cobertura do Concílio Ecuménico, implementar uma reforma de fundo da Cúria? Refiro-me a uma descentralização e internacionalização, não apenas no sentido de recorrer a pessoas de diversas nacionalidades, mas também de dar espaço a diferentes mentalidades, para um “governo” de reformadores. Em vez de fazer isso, o papa Montini decidiu-se, apenas, por uma modernização da Cúria – no espírito do velho absolutismo. Não desmantelar os bastiões romanos, mas consolidá-los: uma centralização, em parte ainda, mais reforçada, com o resultado de a Cúria logo voltar a ser tão forte e autoritária quanto antes do Concílio.

Ponto 2: como teria sido fácil, depois do Concílio, publicar uma encíclica convincente sobre a sexualidade, que constituísse um meio razoável entre um libertinismo permissivo e um rigorismo fora do mundo, na qual se pudesse corrigir a perniciosa condenação tradicional de qualquer forma de contraceção e, ao mesmo tempo, apelar à responsabilidade!

Em vez disso, surgiu a já citada encíclica *Humanae vitae* contrária a todos os meios contraceptivos: o primeiro caso, na história da Igreja do século XX, em que a esmagadora maioria do povo e do clero recusou obedecer ao papa, numa questão relevante. E isso, apesar de, segundo a conceção papal, se tratar, de facto, de doutrina “infalível” do magistério “ordinário”

do papa e dos bispos (cf. LG 25), precisamente como a recusa da ordenação de mulheres, agora e por toda a eternidade, também ela, explicitamente, declarada por João Paulo II como “infalível”. A ausência quase total da exegese histórico-crítica no Concílio é perceptível a cada passo.

Ponto 3: não teria sido fácil resolver, também, a questão que, no Concílio, foi proibido discutir, da lei do celibato? Como sempre: o reconhecimento da vocação livre, segundo a Escritura, à renúncia ao matrimónio (temporária ou para sempre) e, também, a eliminação do medieval celibato obrigatório vitalício para os padres, que não está em conformidade nem com a Escritura nem com o nosso tempo.

E, em vez disso, aqui também, novamente a solitária decisão do papa: uma encíclica que confirma a lei do celibato – contra a vontade de muitos bispos nesta importantíssima questão, precisamente, também, para a Igreja dos continentes carentes de padres, como a América Latina e a África. Um motivo fundamental é, também, o facto de o número dos candidatos a padres e de novos padres, hoje em dia, ter atingido um nível histórico muito baixo, e, de algumas localidades, já quase cinquenta por cento das paróquias não poderem ter pároco. Diáconos casados ou teólogos leigos com poderes reduzidos, hoje já aceites, não podem ainda substituir os párocos.

O maior escândalo da história da Igreja moderna – o abuso sexual de crianças e jovens, por padres – foi sistematicamente silenciado pelos bispos que, em noventa por cento dos casos, foram nomeados pelo pontífice então em exercício, mas que estavam menos vinculados à verdade, do que à obediência em relação ao papa - Hans Küng

Ponto 4: não teria sido fácil, na eleição dos bispos, envolver, segundo a antiga tradição católica, com os conselhos presbiterais e

pastorais agora criados, as regiões eclesiais interessadas, ou seja, clero e leigos, para que os bispos fossem mais bem aceites, fator tão necessário, na era da democracia? Em vez disso, permaneceu-se apegado ao procedimento curial secreto, no qual os candidatos são escolhidos, sobretudo, com base no critério da conformidade com a linha romana. O maior escândalo da história da Igreja moderna – o abuso sexual de crianças e jovens, por padres – foi sistematicamente silenciado pelos bispos que, em noventa por cento dos casos, foram nomeados pelo pontífice então em exercício, mas que estavam menos vinculados à verdade, do que à obediência em relação ao papa.

Ponto 5: enfim, como teria sido fácil transferir a eleição do papa do colégio cardinalício romano para o sínodo dos bispos, representante da Igreja universal! Em vez disso, entregou-se a escolha do papa a um grupo de cardeais, que se tornou competente, somente, a partir da Idade Média, que são escolhidos pelo papa e para a Cúria, segundo pontos de vista romanos, e que, nas questões discutidas, representam mais os interesses de poder da central romana, do que as exigências do povo eclesial, muitas vezes, de outra opinião.

Assim, em vez de os problemas serem resolvidos, foram negados ou desgastados com soluções voltadas para o passado. Consequência: a Igreja Católica está bloqueada num impasse e numa enorme estagnação de problemas e de frustrações.

Quanto ao futuro: em Roma, diante da crescente pressão dos problemas (diminuição do clero, êxodo das mulheres da Igreja, falta de integração eclesial da juventude, colapso da pastoral, escândalos sexuais, necessidades financeiras...), não se deverá, talvez, seguindo a inspiração do Evangelho, retomar a sério, finalmente, a herança do Concílio, a sua grande herança espiritual?

Em vez das palavras de um magistério, mais uma vez conservador e autoritário, as palavras programáticas de João XXIII e do Concílio não readquirirão o seu vigor? Múltiplas pessoas, dentro e fora da Igreja

Católica, desejam novamente:

- “aggiornamento” [atualização] no espírito do Evangelho, em vez da tradicional e integralista “doutrina católica” das encíclicas morais rigoristas e dos catecismos tradicionalistas;

- “colegialidade” do papa com os bispos, em vez de um rígido centralismo romano que, nas nomeações dos bispos e na atribuição das cátedras de teologia, não leva em conta os interesses das Igrejas locais, em benefício daqueles que são dóceis;

- “abertura” ao mundo moderno, em vez de acusações, lamentações e reclamações, sobre a suposta “adaptação” ao espírito do tempo;

- “diálogo”, em vez de monólogo oficial, de inquisição e de rejeição prática da liberdade de consciência e de ensino na Igreja;

- “ecumenismo”, em vez da ênfase num sentido estritamente católico-romano: que, mesmo na questão da eucaristia, se recorra à famosa distinção de João XXIII entre a substância da doutrina da fé e o seu revestimento linguístico-histórico, a uma “hierarquia das verdades” (que não são todas, igualmente, importantes).

Uma coisa, porém, é certa, apesar de todas as resistências e recaídas: com o Concílio Vaticano II, a Idade Média, juntamente com a Contrarreforma, acabou, também, para a Igreja Católica! Mais precisamente: o paradigma romano-medieval, contrarreformista-antimoderno teve o seu tempo.

Muitas exigências dos Reformadores e do Iluminismo foram acolhidas pela Igreja Católica, e a mudança de paradigma para uma constelação moderna-pós-moderna, refreada de cima, deu grandes passos a partir de baixo. Apesar de todas as desilusões, o Concílio valeu a pena: o seu saldo, no geral, é positivo!

A Igreja pós-conciliar é diferente da pré-conciliar, sem dúvida alguma. A grande controvérsia acerca da forma do futuro da Igreja Católica e do cristianismo continua, sem dúvida.